



Revista Brasileira de Comércio Exterior

Ano XXXVIII

161

Outubro,
Novembro e
Dezembro
de 2024

Multipolaridade

Trade Finance & Negócios

Branding & Linguagem

SheTrader & Commodities

Imagem de Gard Altmann por Pixabay



FUNCEX



**fundação
centro de estudos
do comércio
exterior**

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

EDITORIAL**2 G20 e desafios para 2025***Miguel Lins***ENTREVISTA****4 Atilio Rulli***Vice-presidente de Relações Públicas da Huawei América Latina e Caribe***COMENTÁRIO INTERNACIONAL****10 A economia e o cobertor curto***George Vidor***INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS****12 Internacionalização das empresas brasileiras no mundo multipolar***Antonio Carlos da Silveira Pinheiro***TRADE FINANCE****16 Trade Service e Banking as a Service... A inovação em Comércio Exterior!***Cristiane de Freitas***AMBIENTE DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS****18 A presidência brasileira do G20 em 2024: uma avaliação***Felipe Hees***28 La posible incorporación de Colombia a la Iniciativa de la Franja y la Ruta, puede ser la puerta a una gran oportunidad de desarrollo económico o su error más grave a nivel geopolítico***Santiago Cabrera Grajales***32 Exportação Acelerada: Expansão dos Negócios Internacionais***Henry Uliano Quaresma***36 Por um Programa Brasileiro de Sustentabilidade para as exportações***Marina de Almeida Bezerra Reis***38 Os reflexos das eleições norte-americanas na cadeia global de gás natural liquefeito e, em especial, no Brasil***Luis Augusto Medeiros Rutledge***INDICADORES FUNCEX****42 Séries históricas de indicadores do comércio exterior***Henry Pourchet***MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS****48 Mobilização de recursos internos para financiar as exportações com os acúmulos de ICMS nas vendas externas***Jorge Sabione***54 Mobilização de Recursos Internos para financiar as vendas externas com os créditos do Funrural de exportação indireta***Felipe Fortunato***BRANDING E LINGUAGEM****58 Qualificação Empresarial para Branding Intercultural como Estratégia Integrada de Promoção Comercial***Rodrigo Solano***64 O Papel da Linguagem no Comércio Internacional e nas Cadeias Globais de Valor***Paulo Pandjarian***PRÁTICA DE COMEX****70 Exportação de commodities***Romulo Del Carpio***78 Shetrader, She4trade e He4she para o Brasil***Mario Cordeiro de Carvalho Junior e Renata Sanchez*

Por um Programa Brasileiro de Sustentabilidade para as exportações



Marina de Almeida
Bezerra Reis

Marina de Almeida Bezerra Reis

é Integrante do LAGI CSS da UERJ, Participante do Grupo Geoenergy, Corpo Discente da Faculdade de Engenharia Ambiental da UERJ

Há cerca de dois anos atrás, o relatório final do Gabinete de Transição da Presidência da República apontava que a missão precípua do novo MDIC deveria ser “a inovação tecnológica, o aumento de produtividade e competitividade, e a promoção de uma economia verde e limpa, não apenas na indústria, mas também no comércio e serviços”.

Estamos hoje numa sociedade em processo de aprofundamento de práticas sustentáveis, de digitalização e de possibilidades de conquistas e ganhos de maiores parcelas do mercado internacional. Agora, o desafio dos empresários que atuam sobremaneira nas exportações é reduzir as incertezas e riscos em relação ao futuro dos negócios internacionais. De fato, os “novos” e os “tradicionais” gestores e empreendedores que atuam nas empresas exportadoras estão redobrando a atenção com a organização social da produção e do trabalho destinada ao mercado externo.

De fato, há um gradual movimento entre as empresas exportadoras em revisar a gestão dos processos produtivos, suas certificações de qualidade e de conformidade, e começar a adotar e difundir tantos padrões de sustentabilidade, net zero 2050 (tipo ISO), quanto às normas voluntárias de sustentabilidade (NVS). Isso precisa ser feito e está gradualmente sendo implantado nas empresas exportadoras, no Brasil, de modo a adequar, monitorar e conectar o processo produtivo e a mão de obra direta e indiretamente à introdução de novas soluções de controle de processos produtivo e, assim, mostrar maior sustentabilidade produtiva.

É preciso ter clareza que as empresas exportadoras brasileiras podem obter ganhos de comércio se puderem acelerar a adoção e a gestão dos seus processos de certificações de conformidade, e da maior adoção tanto de padrões de sustentabilidade (tipo ISO), quanto das normas voluntárias de sustentabilidade (NVS).

A potencialização desse esforço sugere que o Governo Federal desenvolva um **Programa Brasileiro de Sustentabilidade nas Exportações** para incentivar e acelerar a revisão no momento presente da gestão dos processos produtivos, sobretudo suas certificações de conformidade, e a maior adoção tanto de padrões de sustentabilidade (tipo ISO), quanto das normas voluntárias de sustentabilidade (NVS).

Devido ao fato de que há um gradual movimento entre as empresas exportadoras para revisar a gestão dos processos produtivos, suas certificações de qualidade e de conformidade, e de que se está começando a adotar e difundir tanto padrões de sustentabilidade (tipo ISO), quanto as normas voluntárias de sustentabilidade (NVS), então, agora é a hora do governo com vistas a incentivar uma maior inserção dessas empresas exportadoras nas cadeias globais de valor, e, sobretudo, melhorar a imagem do Brasil no mundo lançar o **Programa Brasileiro de Sustentabilidade nas Exportações**. Este programa inicialmente deve ser focado como um incentivo para mobilizar que a cerca de 28.000 empresas exportadoras que são o Universo Exportador Brasileiro de modo que essas:



(a) Passem a adotar e a difundir no tecido da indústria, comércio, serviços e agricultura o uso da norma ISO Net zero 2050 lançada recentemente, visto que a mesma foi regulamentada no âmbito do Inmetro e da ABNT;

(b) Passem a adotar e a difundir no tecido da indústria, comércio, serviços e agricultura o uso das normas ISO relativas aos padrões de gestão ambiental (tipo ISO 14.000) e padrões de trabalho (tipo 45.000);

(c) Passem a adotar e a difundir as Normas Voluntárias de Sustentabilidade, em função das exigências dos compradores internacionais, e, das exigências de cada setor ou mercado;

(d) Passem a adotar e a difundir Normas de Padrão de Certificação Orgânica, em função das exigências dos compradores internacionais, e, das exigências de cada setor ou mercado;

(e) Passem a adotar e a difundir normas e padrões para atender aos requisitos de emissão de Títulos Verdes, ESG e/ou critérios para operar tanto no mercado financeiro, quanto no de créditos de carbonos;

(f) Passem a adotar com o apoio do INPI e ABNT metodologias próprias para o cálculo do CBEAM, Anti desflorestamento e *Due Diligence* impostos pela União Europeia. Isso seria obtido a partir dos dados de área produzida e os dados de estoques de entrada e saída por estabelecimento e por região existentes no âmbito do fisco da união e dos estados. A partir de métricas a serem criadas e coletadas sistematicamente, estas deveriam ser organizadas e apresentadas à União Europeia com vistas a mostrar um *goodwill* por parte do setor exportador brasileiro. Boa parte de processo de rastreabilidade para

o setor exportador poderia ser bancado com recursos provenientes do Sebrae Nacional e da ApexBrasil; e

(g) Que as empresas exportadoras passem a apresentar propostas de modelos de negócios sustentáveis inovadores com base na exportação à Finep ou ao BNDES ou outras instituições financeiras para relacionar o esforço em melhorar a imagem e a reputação internacional das empresas exportadoras nacionais com relação à sustentabilidade.

Um **Programa Brasileiro de Sustentabilidade nas Exportações** com esse corte se baseia e se inspira no antigo Programa Brasileiro de Qualidade desenvolvido nos anos noventa, no Brasil. Na época, houve um esforço conjunto do Governo (via o então MDIC junto com o Sebrae) e outras entidades empresariais do sistema S, e de instituições como o MBC (Movimento Brasil Competitivo) para trazer a discussão de gestão de qualidade como um tema a ser tratado e implementado pelas empresas. Os resultados obtidos naquela época foram positivos, o que recomenda a formação de uma nova parceria público-privada (MDIC, sistema S, e outras entidades) a lançarem o **Programa Brasileiro de Sustentabilidade nas Exportações** inicialmente focado nas empresas exportadoras visto que as mesmas estão a revisar as suas certificações de conformidade, e padrões de sustentabilidade, e, normas voluntárias de sustentabilidade (NVS) por exigências dos compradores internacionais.

Demais, um programa com esse corte faria com que o sistema S e o Inmetro prestassem mais orientação e assistência técnica aos setores e empresas exportadoras. Isso mostra foco de uma política pública voltada para sustentabilidade e direcionada para atender e solucionar problemas ao nível das empresas. Por sua vez, a ação e determinação de política com esse corte será um fator para que os gestores das empresas exportadoras internalizem as exigências técnicas e documentais implícitas nas normas e nos padrões, e possam gerir e administrar melhor esses novos requisitos exigidos para as práticas de se produzir com sustentabilidade. E, expondo o Sistema S e o Inmetro para atender a essa demanda concreta, estas instituições poderão transferir com mais eficácia e eficiência uma orientação e assistência técnica para a grande maioria das empresas brasileiras que atuam ainda voltadas para o mercado interno.

Vale lembrar que apesar de um cenário internacional aparentemente incerto e com riscos, o foco das sugestões expostas no **Programa Brasileiro de Sustentabilidade nas Exportações** é a totalidade das empresas exportadoras do Brasil, e que consiste no Universo Exportador atual brasileiro. Caso as sugestões aqui expostas forem adotadas se pode mostrar que esse programa é um incentivo para melhorar a imagem internacional do Brasil no mundo em relação ao enfrentamento das questões de sustentabilidade, e ainda induz a uma maior e inserção das empresas brasileiras exportadoras nas cadeias globais de valor.